

Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e 'pós-verdade'

Hegemony, common sense and ideology: Marxism's contributions to the debate on disinformation and 'post-truth'

Hegemonía, sentido común e ideología: aportaciones del marxismo al debate sobre la desinformación y la 'posverdad'

Cátia Guimarães

Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Jornalista, professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Contato: catiacguimaraes@gmail.com

Submetido em: 9 mai. 2023

Aprovado em: 29 set. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal

RESUMO

Discute a atualidade dos conceitos de senso comum e hegemonia, de Gramsci, e do conceito de ideologia desenvolvido por Marx e Engels para uma abordagem mais totalizante do fenômeno da desinformação como parte de uma suposta era da 'pós-verdade'. Entendendo que esse processo vem sendo instrumentalizado pela extrema-direita política mundo afora, adota como caminho possível de interpretação o debate de autores como David Harvey, Nancy Fraser e Wendy Brown sobre os efeitos do neoliberalismo como base material de uma crise de hegemonia que se expressa também como crise ideológica. A partir desse pano de fundo, questiona sobre as atuais possibilidades de disputa de contra-hegemonia num cenário em que, diferente daquele que Gramsci descreveu no início do século XX, frações das classes dominantes em luta parecem 'substituir' a estratégia de construção de consenso (sempre mais estável) pela produção de desestabilização e dissenso, lançando mão da desinformação como ferramenta fundamental.

Palavras-chave: desinformação, pós-verdade, senso comum, hegemonia, ideologia

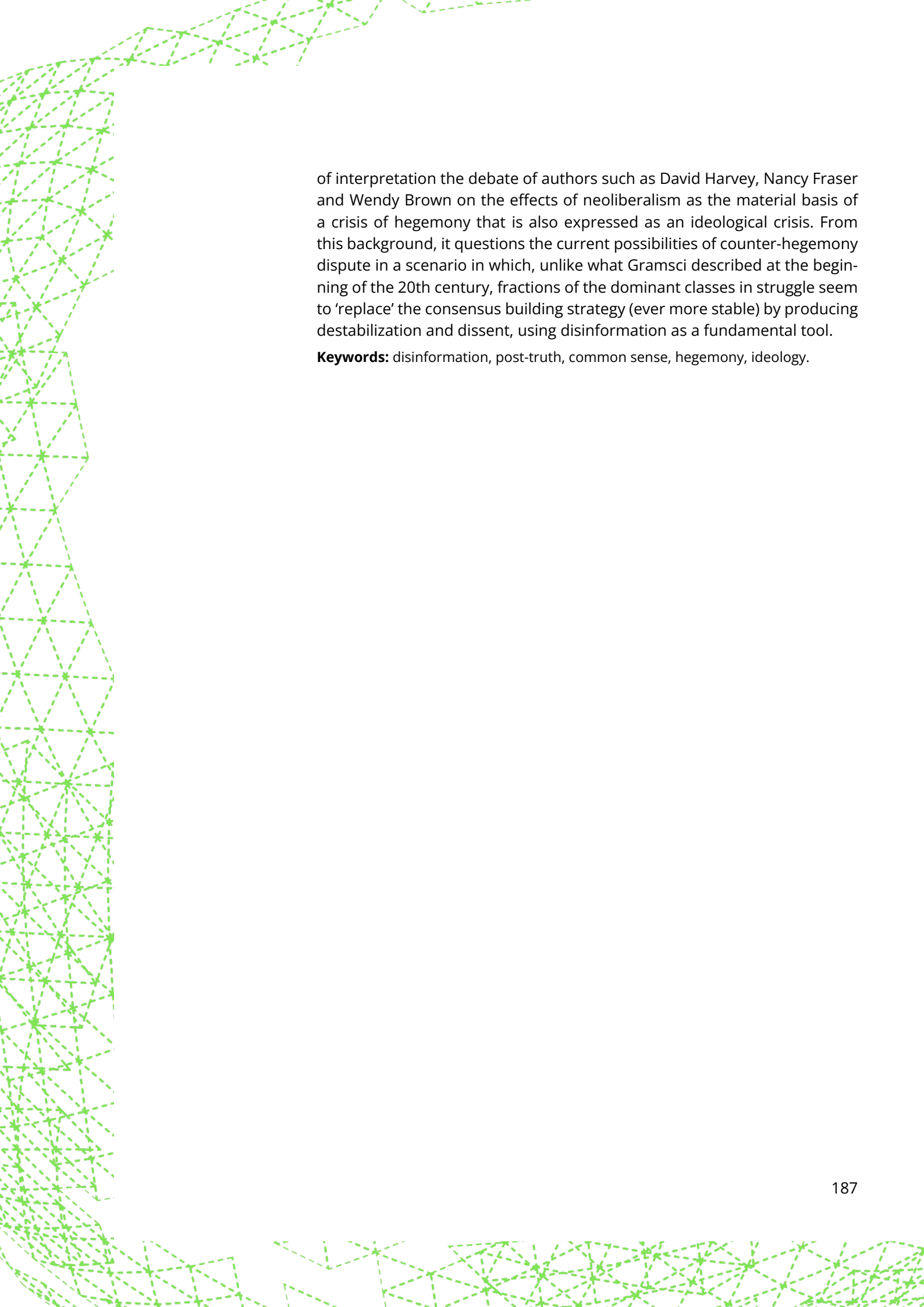
RESUMEN

Discute aquí la relevancia de los conceptos de sentido común y hegemonía de Gramsci, y del concepto de ideología desarrollado por Marx y Engels para una aproximación más integral al fenómeno de la desinformación como parte de una supuesta era de "posverdad". Entendiendo que este proceso ha sido instrumentalizado por la extrema derecha política, adopta como posible vía de interpretación el debate de autores como David Harvey, Nancy Fraser y Wendy Brown sobre los efectos del neoliberalismo como base material de una crisis de hegemonía que se expresa también como crisis ideológica. Desde este trasfondo, cuestiona las posibilidades actuales de disputa de la contrahegemonía en un escenario en el que, a diferencia de lo descrito por Gramsci a principios del siglo XX, fracciones de las clases dominantes en lucha parecen 'reemplazar' la estrategia de construcción de consensos (siempre más estable) al producir desestabilización y disidencia, utilizando la desinformación como herramienta fundamental.

Palabras clave: desinformación, posverdad, sentido común, hegemonia, ideologia.

ABSTRACT

It discusses the relevance of Gramsci's conception of common sense and hegemony, and the concept of ideology developed by Marx and Engels for a more comprehensive approach to the phenomenon of misinformation as part of a supposed 'post-truth' era. Understanding that this process has been instrumentalized by the political far right, it adopts as a possible path



of interpretation the debate of authors such as David Harvey, Nancy Fraser and Wendy Brown on the effects of neoliberalism as the material basis of a crisis of hegemony that is also expressed as an ideological crisis. From this background, it questions the current possibilities of counter-hegemony dispute in a scenario in which, unlike what Gramsci described at the beginning of the 20th century, fractions of the dominant classes in struggle seem to 'replace' the consensus building strategy (ever more stable) by producing destabilization and dissent, using disinformation as a fundamental tool.

Keywords: disinformation, post-truth, common sense, hegemony, ideology.

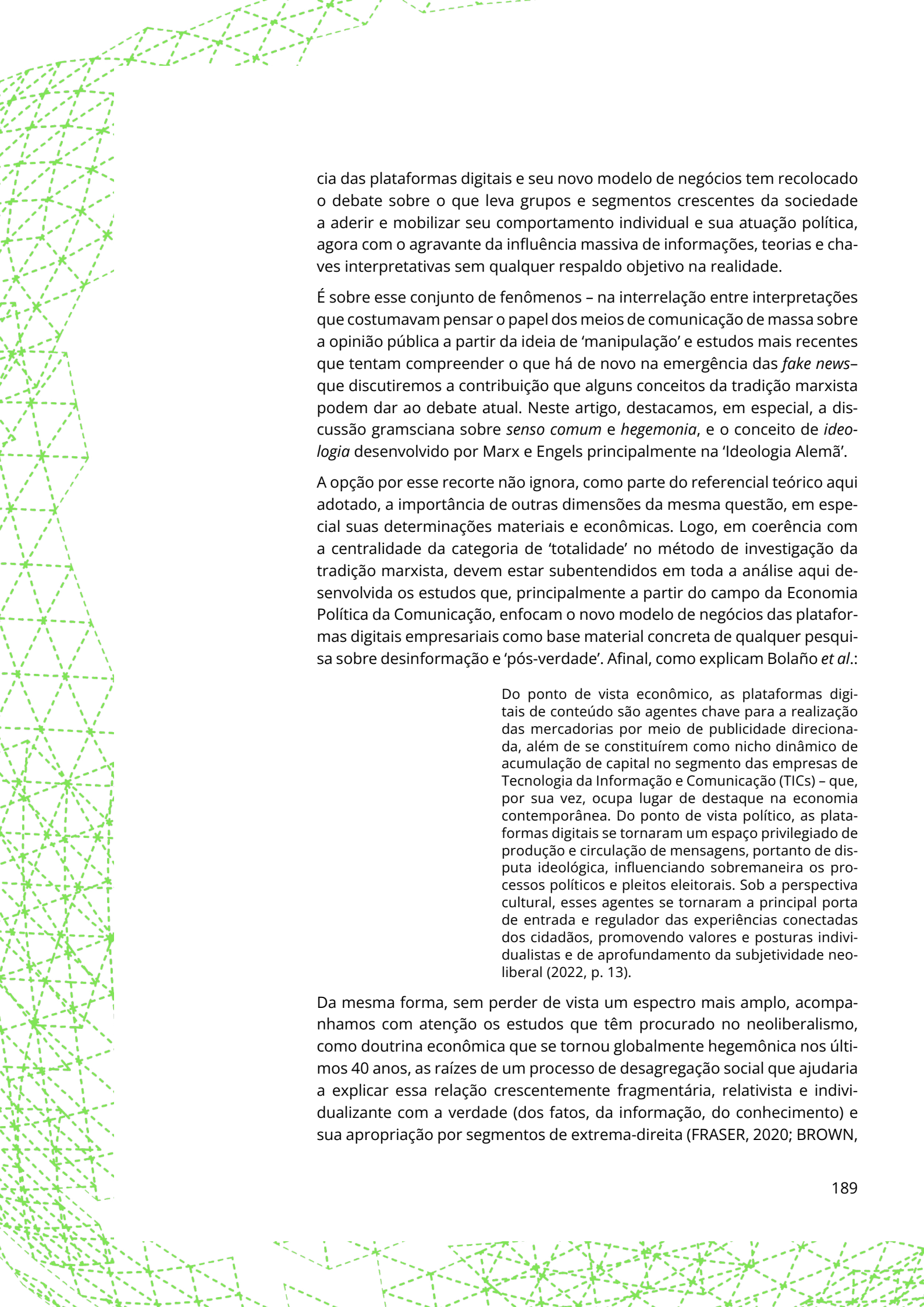


Introdução

O contexto era a Itália dos anos 1920. Politicamente derrotadas, organizações de esquerda tentavam entender como trabalhadores e pessoas ‘comuns’, muitos dos quais já tinham cerrado fileiras ao lado dos socialistas, agora aderiam em massa às ideias e ao ‘programa’ do fascismo. Da prisão a que foi condenado pelo governo de Mussolini, um militante e ex-deputado comunista traduzia essa preocupação *prática* em termos *teóricos*, interrogando-se, de modo mais amplo, sobre como se formam as opiniões e concepções de mundo de homens e mulheres do povo. É no caminho de elaboração do conceito de ‘senso comum’, em parte como resposta a essa questão, que Antonio Gramsci nos alerta sobre o quanto, para as massas, a “filosofia” não se constrói apenas (nem principalmente) a partir de uma dimensão racional. Numa longa e bela passagem dos seus Cadernos do Cárcere, que carrega uma atualidade desconcertante, o autor explica:

Que se pense, ademais, na posição intelectual de um homem do povo; ele elaborou para si opiniões, convicções, critérios de discriminação e normas de conduta. Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele e, logicamente, o derrota na discussão. Deveria, por isso, o homem do povo mudar de convicções? E apenas porque, na discussão imediata, não sabe se impor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar uma vez por dia, isto é, todas as vezes que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente superior. Em que elementos baseia-se, então, a sua filosofia? E, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. *Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isto (...)* (GRAMSCI, 2004, p. 109, grifos nossos).

Passado um século, o mundo se vê novamente às voltas com o crescimento de movimentos, partidos e lideranças de extrema-direita, que, embora não devam ser simplificadaamente iguallados ao fascismo histórico e tenham características distintas a depender das realidades nacionais, trazem à tona valores como o nacionalismo, o tradicionalismo e o autoritarismo, representando uma ameaça à democracia por dentro dos próprios aparelhos democráticos (BROWN, 2019; FRASER, 2020; HARVEY, 2012). No que diz respeito à comunicação, a emergência de uma verdadeira ‘indústria’ da desinformação instrumentalizada por essas forças políticas a partir da emergên-



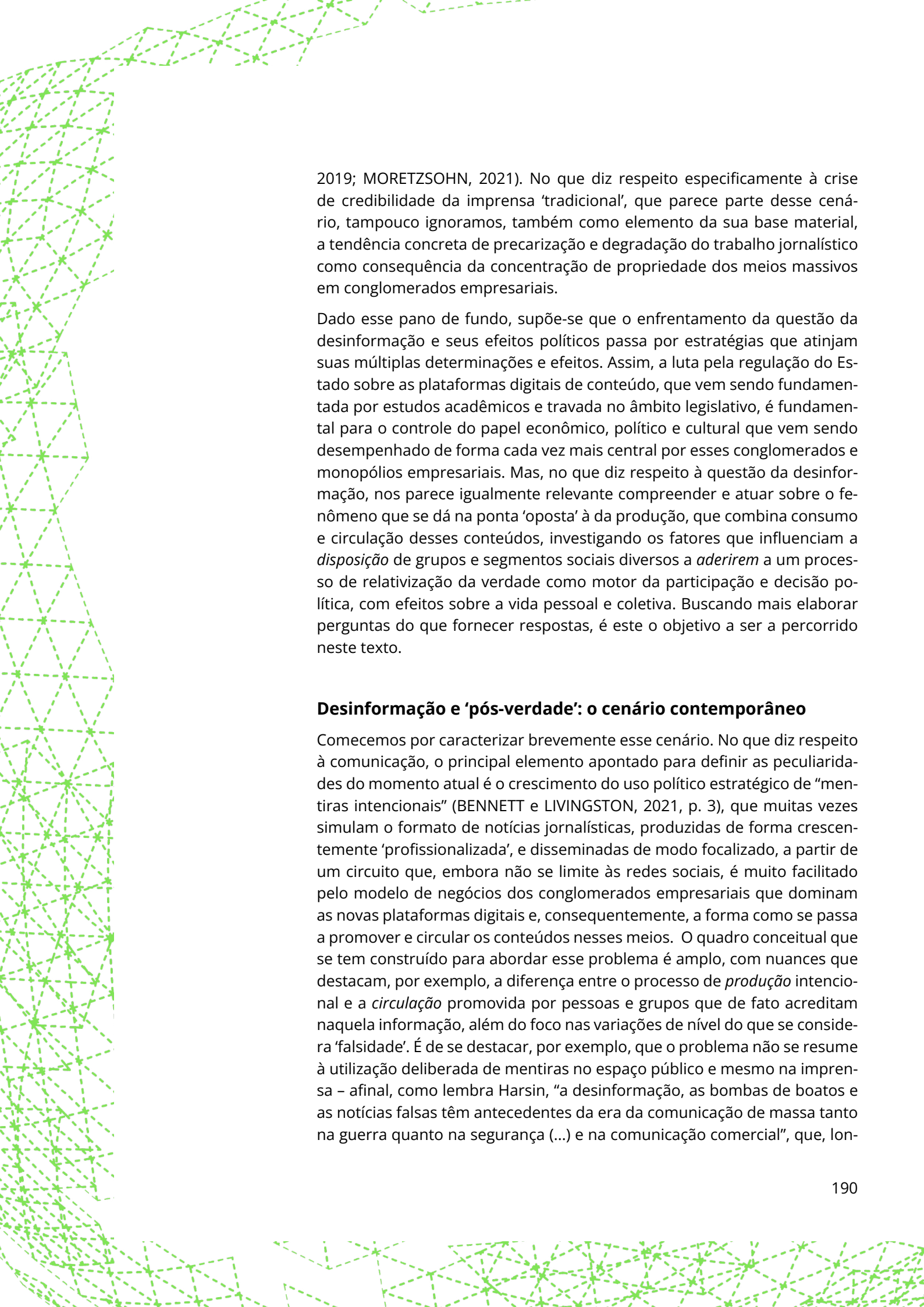
cia das plataformas digitais e seu novo modelo de negócios tem recolocado o debate sobre o que leva grupos e segmentos crescentes da sociedade a aderir e mobilizar seu comportamento individual e sua atuação política, agora com o agravante da influência massiva de informações, teorias e chaves interpretativas sem qualquer respaldo objetivo na realidade.

É sobre esse conjunto de fenômenos – na interrelação entre interpretações que costumavam pensar o papel dos meios de comunicação de massa sobre a opinião pública a partir da ideia de ‘manipulação’ e estudos mais recentes que tentam compreender o que há de novo na emergência das *fake news* – que discutiremos a contribuição que alguns conceitos da tradição marxista podem dar ao debate atual. Neste artigo, destacamos, em especial, a discussão gramsciana sobre *senso comum* e *hegemonia*, e o conceito de *ideologia* desenvolvido por Marx e Engels principalmente na ‘Ideologia Alemã’.

A opção por esse recorte não ignora, como parte do referencial teórico aqui adotado, a importância de outras dimensões da mesma questão, em especial suas determinações materiais e econômicas. Logo, em coerência com a centralidade da categoria de ‘totalidade’ no método de investigação da tradição marxista, devem estar subentendidos em toda a análise aqui desenvolvida os estudos que, principalmente a partir do campo da Economia Política da Comunicação, enfocam o novo modelo de negócios das plataformas digitais empresariais como base material concreta de qualquer pesquisa sobre desinformação e ‘pós-verdade’. Afinal, como explicam Bolaño *et al.*:

Do ponto de vista econômico, as plataformas digitais de conteúdo são agentes chave para a realização das mercadorias por meio de publicidade direcionada, além de se constituírem como nicho dinâmico de acumulação de capital no segmento das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) – que, por sua vez, ocupa lugar de destaque na economia contemporânea. Do ponto de vista político, as plataformas digitais se tornaram um espaço privilegiado de produção e circulação de mensagens, portanto de disputa ideológica, influenciando sobremaneira os processos políticos e pleitos eleitorais. Sob a perspectiva cultural, esses agentes se tornaram a principal porta de entrada e regulador das experiências conectadas dos cidadãos, promovendo valores e posturas individualistas e de aprofundamento da subjetividade neoliberal (2022, p. 13).

Da mesma forma, sem perder de vista um espectro mais amplo, acompanhamos com atenção os estudos que têm procurado no neoliberalismo, como doutrina econômica que se tornou globalmente hegemônica nos últimos 40 anos, as raízes de um processo de desagregação social que ajudaria a explicar essa relação crescentemente fragmentária, relativista e individualizante com a verdade (dos fatos, da informação, do conhecimento) e sua apropriação por segmentos de extrema-direita (FRASER, 2020; BROWN,

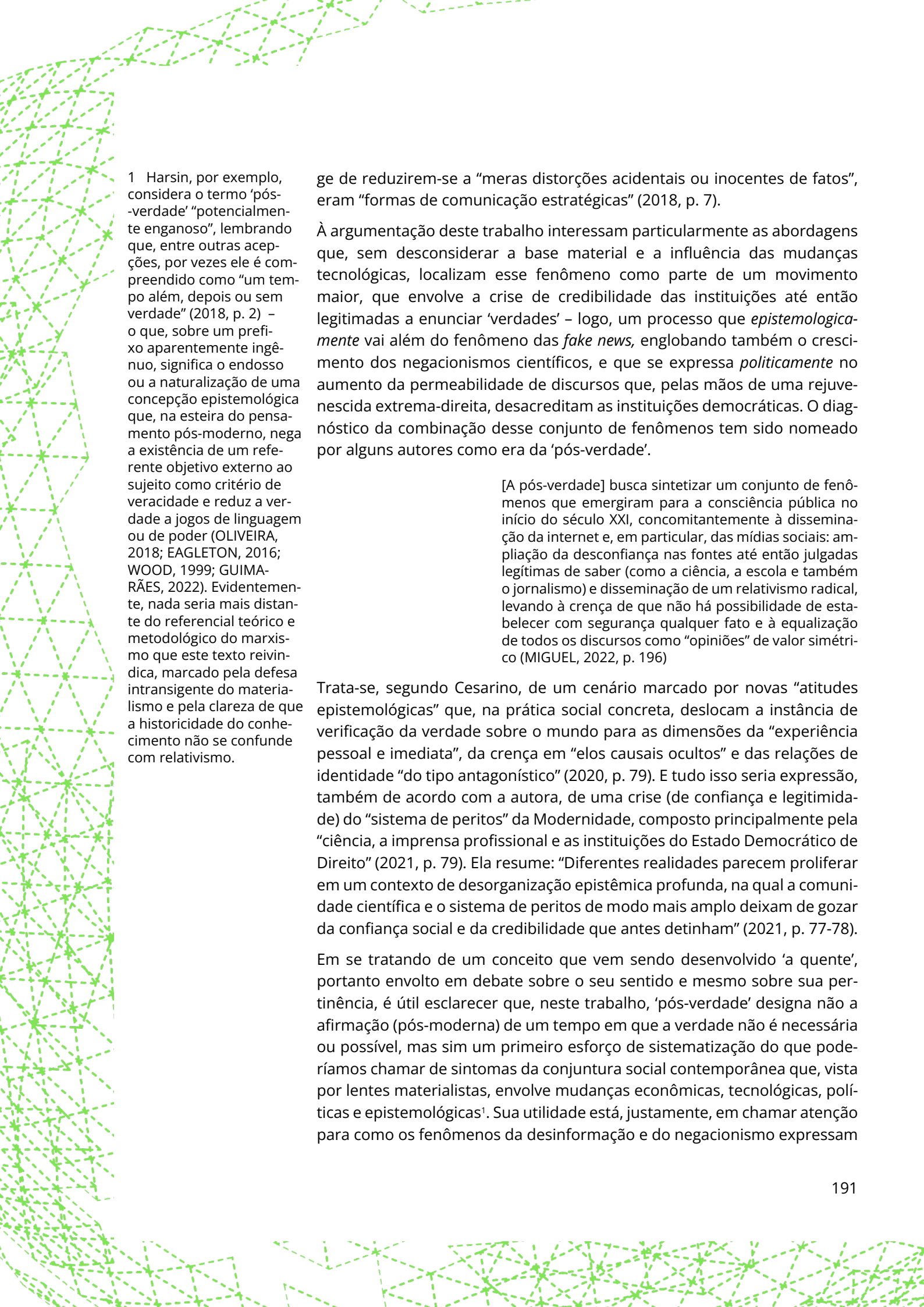


2019; MORETZSOHN, 2021). No que diz respeito especificamente à crise de credibilidade da imprensa 'tradicional', que parece parte desse cenário, tampouco ignoramos, também como elemento da sua base material, a tendência concreta de precarização e degradação do trabalho jornalístico como consequência da concentração de propriedade dos meios massivos em conglomerados empresariais.

Dado esse pano de fundo, supõe-se que o enfrentamento da questão da desinformação e seus efeitos políticos passa por estratégias que atinjam suas múltiplas determinações e efeitos. Assim, a luta pela regulação do Estado sobre as plataformas digitais de conteúdo, que vem sendo fundamentada por estudos acadêmicos e travada no âmbito legislativo, é fundamental para o controle do papel econômico, político e cultural que vem sendo desempenhado de forma cada vez mais central por esses conglomerados e monopólios empresariais. Mas, no que diz respeito à questão da desinformação, nos parece igualmente relevante compreender e atuar sobre o fenômeno que se dá na ponta 'oposta' à da produção, que combina consumo e circulação desses conteúdos, investigando os fatores que influenciam a *disposição* de grupos e segmentos sociais diversos a *aderirem* a um processo de relativização da verdade como motor da participação e decisão política, com efeitos sobre a vida pessoal e coletiva. Buscando mais elaborar perguntas do que fornecer respostas, é este o objetivo a ser percorrido neste texto.

Desinformação e 'pós-verdade': o cenário contemporâneo

Começamos por caracterizar brevemente esse cenário. No que diz respeito à comunicação, o principal elemento apontado para definir as peculiaridades do momento atual é o crescimento do uso político estratégico de "mentiras intencionais" (BENNETT e LIVINGSTON, 2021, p. 3), que muitas vezes simulam o formato de notícias jornalísticas, produzidas de forma crescentemente 'profissionalizada', e disseminadas de modo focalizado, a partir de um circuito que, embora não se limite às redes sociais, é muito facilitado pelo modelo de negócios dos conglomerados empresariais que dominam as novas plataformas digitais e, conseqüentemente, a forma como se passa a promover e circular os conteúdos nesses meios. O quadro conceitual que se tem construído para abordar esse problema é amplo, com nuances que destacam, por exemplo, a diferença entre o processo de *produção* intencional e a *circulação* promovida por pessoas e grupos que de fato acreditam naquela informação, além do foco nas variações de nível do que se considera 'falsidade'. É de se destacar, por exemplo, que o problema não se resume à utilização deliberada de mentiras no espaço público e mesmo na imprensa – afinal, como lembra Harsin, "a desinformação, as bombas de boatos e as notícias falsas têm antecedentes da era da comunicação de massa tanto na guerra quanto na segurança (...) e na comunicação comercial", que, lon-



1 Harsin, por exemplo, considera o termo ‘pós-verdade’ “potencialmente enganoso”, lembrando que, entre outras acepções, por vezes ele é compreendido como “um tempo além, depois ou sem verdade” (2018, p. 2) – o que, sobre um prefixo aparentemente ingênuo, significa o endosso ou a naturalização de uma concepção epistemológica que, na esteira do pensamento pós-moderno, nega a existência de um referente objetivo externo ao sujeito como critério de veracidade e reduz a verdade a jogos de linguagem ou de poder (OLIVEIRA, 2018; EAGLETON, 2016; WOOD, 1999; GUIMARÃES, 2022). Evidentemente, nada seria mais distante do referencial teórico e metodológico do marxismo que este texto reivindicava, marcado pela defesa intransigente do materialismo e pela clareza de que a historicidade do conhecimento não se confunde com relativismo.

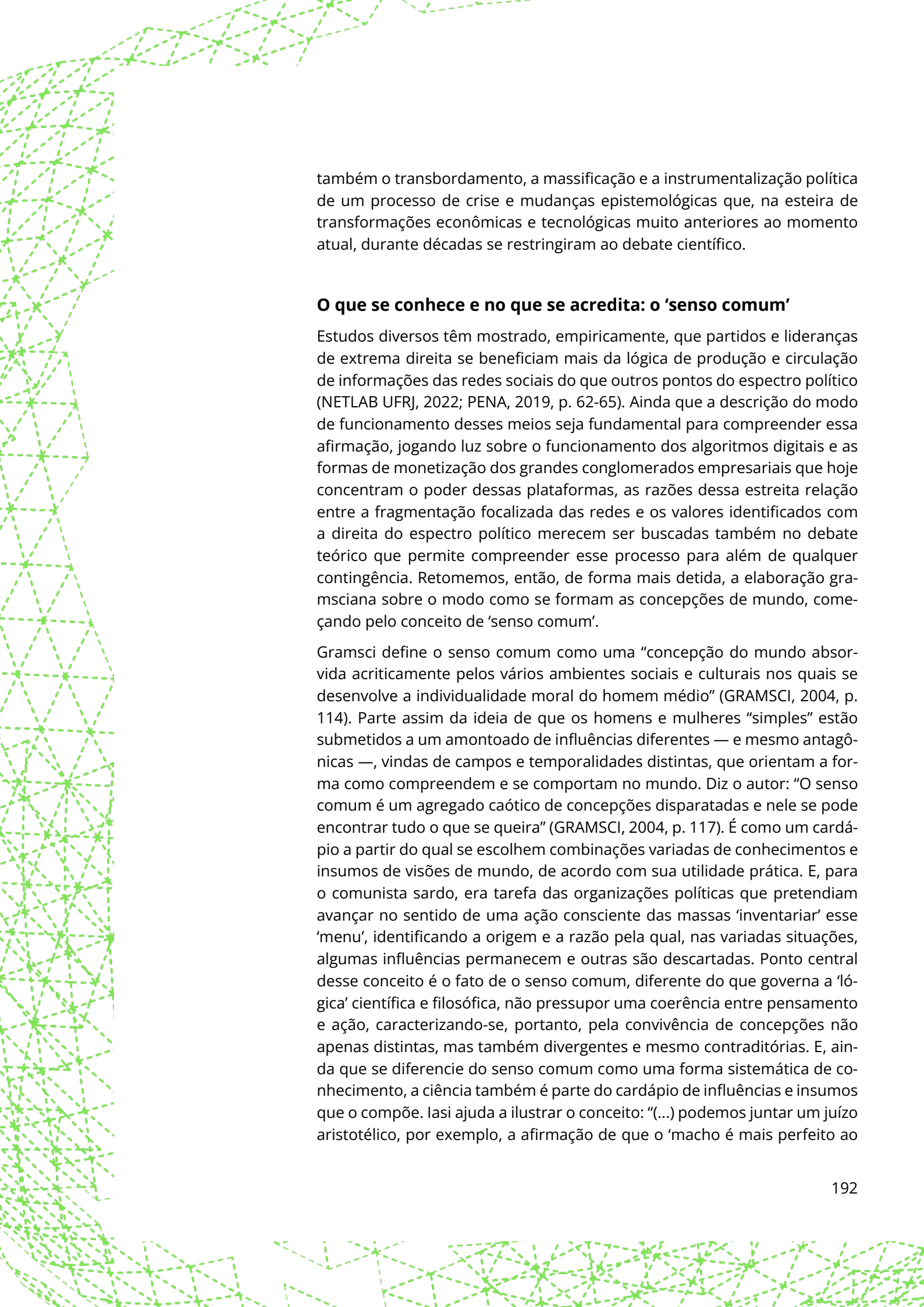
ge de reduzirem-se a “meras distorções acidentais ou inocentes de fatos”, eram “formas de comunicação estratégicas” (2018, p. 7).

À argumentação deste trabalho interessam particularmente as abordagens que, sem desconsiderar a base material e a influência das mudanças tecnológicas, localizam esse fenômeno como parte de um movimento maior, que envolve a crise de credibilidade das instituições até então legitimadas a enunciar ‘verdades’ – logo, um processo que *epistemologicamente* vai além do fenômeno das *fake news*, englobando também o crescimento dos negacionismos científicos, e que se expressa *politicamente* no aumento da permeabilidade de discursos que, pelas mãos de uma rejuvenescida extrema-direita, desacreditam as instituições democráticas. O diagnóstico da combinação desse conjunto de fenômenos tem sido nomeado por alguns autores como era da ‘pós-verdade’.

[A pós-verdade] busca sintetizar um conjunto de fenômenos que emergiram para a consciência pública no início do século XXI, concomitantemente à disseminação da internet e, em particular, das mídias sociais: ampliação da desconfiança nas fontes até então julgadas legítimas de saber (como a ciência, a escola e também o jornalismo) e disseminação de um relativismo radical, levando à crença de que não há possibilidade de estabelecer com segurança qualquer fato e à equalização de todos os discursos como “opiniões” de valor simétrico (MIGUEL, 2022, p. 196)

Trata-se, segundo Cesarino, de um cenário marcado por novas “atitudes epistemológicas” que, na prática social concreta, deslocam a instância de verificação da verdade sobre o mundo para as dimensões da “experiência pessoal e imediata”, da crença em “elos causais ocultos” e das relações de identidade “do tipo antagonístico” (2020, p. 79). E tudo isso seria expressão, também de acordo com a autora, de uma crise (de confiança e legitimidade) do “sistema de peritos” da Modernidade, composto principalmente pela “ciência, a imprensa profissional e as instituições do Estado Democrático de Direito” (2021, p. 79). Ela resume: “Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, na qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham” (2021, p. 77-78).

Em se tratando de um conceito que vem sendo desenvolvido ‘a quente’, portanto envolto em debate sobre o seu sentido e mesmo sobre sua pertinência, é útil esclarecer que, neste trabalho, ‘pós-verdade’ designa não a afirmação (pós-moderna) de um tempo em que a verdade não é necessária ou possível, mas sim um primeiro esforço de sistematização do que poderíamos chamar de sintomas da conjuntura social contemporânea que, vista por lentes materialistas, envolve mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e epistemológicas¹. Sua utilidade está, justamente, em chamar atenção para como os fenômenos da desinformação e do negacionismo expressam

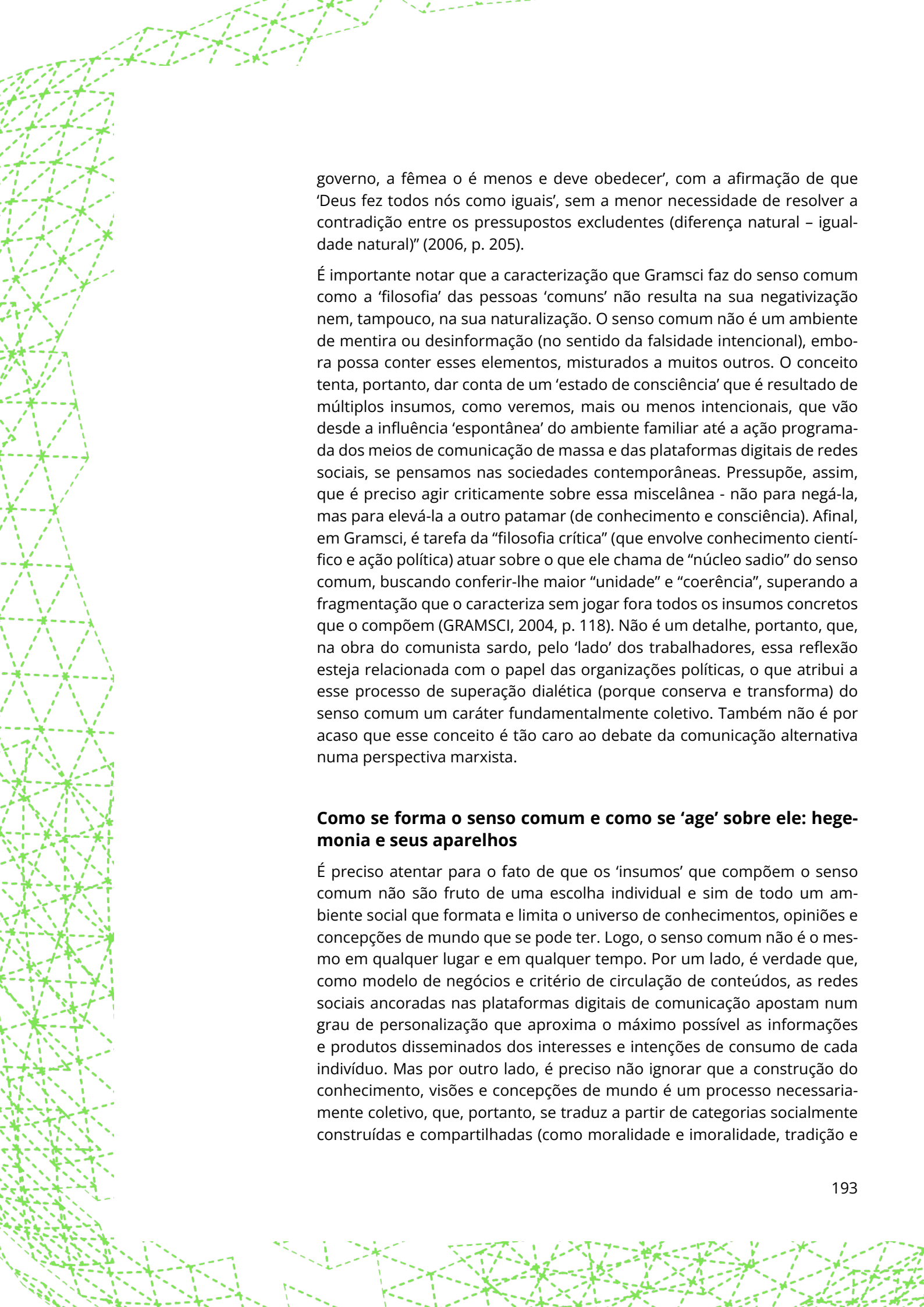


também o transbordamento, a massificação e a instrumentalização política de um processo de crise e mudanças epistemológicas que, na esteira de transformações econômicas e tecnológicas muito anteriores ao momento atual, durante décadas se restringiram ao debate científico.

O que se conhece e no que se acredita: o ‘senso comum’

Estudos diversos têm mostrado, empiricamente, que partidos e lideranças de extrema direita se beneficiam mais da lógica de produção e circulação de informações das redes sociais do que outros pontos do espectro político (NETLAB UFRJ, 2022; PENA, 2019, p. 62-65). Ainda que a descrição do modo de funcionamento desses meios seja fundamental para compreender essa afirmação, jogando luz sobre o funcionamento dos algoritmos digitais e as formas de monetização dos grandes conglomerados empresariais que hoje concentram o poder dessas plataformas, as razões dessa estreita relação entre a fragmentação focalizada das redes e os valores identificados com a direita do espectro político merecem ser buscadas também no debate teórico que permite compreender esse processo para além de qualquer contingência. Retomemos, então, de forma mais detida, a elaboração gramsciana sobre o modo como se formam as concepções de mundo, começando pelo conceito de ‘senso comum’.

Gramsci define o senso comum como uma “concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 2004, p. 114). Parte assim da ideia de que os homens e mulheres “simples” estão submetidos a um amontoado de influências diferentes — e mesmo antagônicas —, vindas de campos e temporalidades distintas, que orientam a forma como compreendem e se comportam no mundo. Diz o autor: “O senso comum é um agregado caótico de concepções disparatadas e nele se pode encontrar tudo o que se queira” (GRAMSCI, 2004, p. 117). É como um cardápio a partir do qual se escolhem combinações variadas de conhecimentos e insumos de visões de mundo, de acordo com sua utilidade prática. E, para o comunista sardo, era tarefa das organizações políticas que pretendiam avançar no sentido de uma ação consciente das massas ‘inventariar’ esse ‘menu’, identificando a origem e a razão pela qual, nas variadas situações, algumas influências permanecem e outras são descartadas. Ponto central desse conceito é o fato de o senso comum, diferente do que governa a ‘lógica’ científica e filosófica, não pressupor uma coerência entre pensamento e ação, caracterizando-se, portanto, pela convivência de concepções não apenas distintas, mas também divergentes e mesmo contraditórias. E, ainda que se diferencie do senso comum como uma forma sistemática de conhecimento, a ciência também é parte do cardápio de influências e insumos que o compõe. Iasi ajuda a ilustrar o conceito: “(...) podemos juntar um juízo aristotélico, por exemplo, a afirmação de que o ‘macho é mais perfeito ao

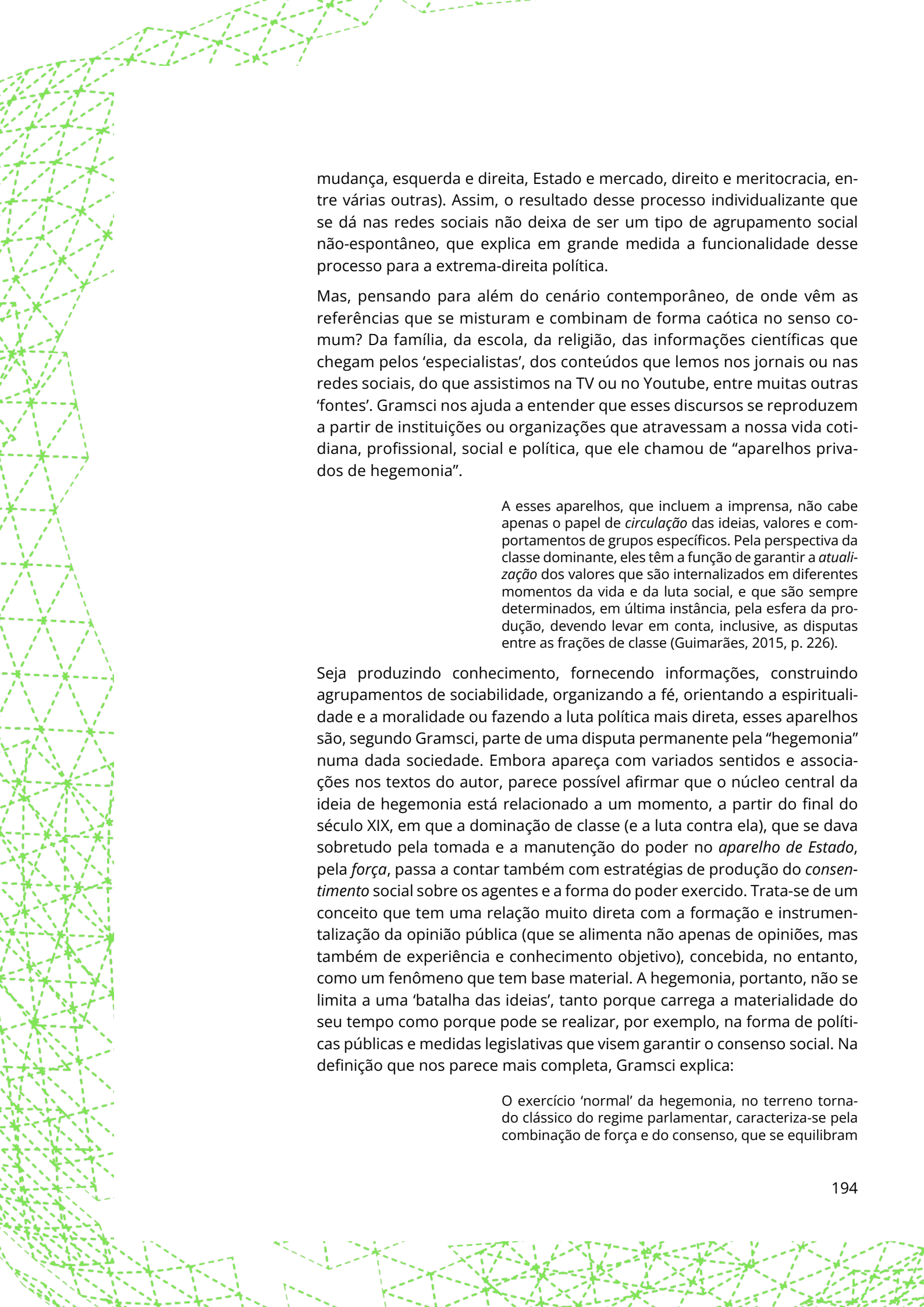


governo, a fêmea o é menos e deve obedecer’, com a afirmação de que ‘Deus fez todos nós como iguais’, sem a menor necessidade de resolver a contradição entre os pressupostos excludentes (diferença natural – igualdade natural)” (2006, p. 205).

É importante notar que a caracterização que Gramsci faz do senso comum como a ‘filosofia’ das pessoas ‘comuns’ não resulta na sua negativização nem, tampouco, na sua naturalização. O senso comum não é um ambiente de mentira ou desinformação (no sentido da falsidade intencional), embora possa conter esses elementos, misturados a muitos outros. O conceito tenta, portanto, dar conta de um ‘estado de consciência’ que é resultado de múltiplos insumos, como veremos, mais ou menos intencionais, que vão desde a influência ‘espontânea’ do ambiente familiar até a ação programada dos meios de comunicação de massa e das plataformas digitais de redes sociais, se pensamos nas sociedades contemporâneas. Pressupõe, assim, que é preciso agir criticamente sobre essa miscelânea - não para negá-la, mas para elevá-la a outro patamar (de conhecimento e consciência). Afinal, em Gramsci, é tarefa da “filosofia crítica” (que envolve conhecimento científico e ação política) atuar sobre o que ele chama de “núcleo sadio” do senso comum, buscando conferir-lhe maior “unidade” e “coerência”, superando a fragmentação que o caracteriza sem jogar fora todos os insumos concretos que o compõem (GRAMSCI, 2004, p. 118). Não é um detalhe, portanto, que, na obra do comunista sardo, pelo ‘lado’ dos trabalhadores, essa reflexão esteja relacionada com o papel das organizações políticas, o que atribui a esse processo de superação dialética (porque conserva e transforma) do senso comum um caráter fundamentalmente coletivo. Também não é por acaso que esse conceito é tão caro ao debate da comunicação alternativa numa perspectiva marxista.

Como se forma o senso comum e como se ‘age’ sobre ele: hegemonia e seus aparelhos

É preciso atentar para o fato de que os ‘insumos’ que compõem o senso comum não são fruto de uma escolha individual e sim de todo um ambiente social que formata e limita o universo de conhecimentos, opiniões e concepções de mundo que se pode ter. Logo, o senso comum não é o mesmo em qualquer lugar e em qualquer tempo. Por um lado, é verdade que, como modelo de negócios e critério de circulação de conteúdos, as redes sociais ancoradas nas plataformas digitais de comunicação apostam num grau de personalização que aproxima o máximo possível as informações e produtos disseminados dos interesses e intenções de consumo de cada indivíduo. Mas por outro lado, é preciso não ignorar que a construção do conhecimento, visões e concepções de mundo é um processo necessariamente coletivo, que, portanto, se traduz a partir de categorias socialmente construídas e compartilhadas (como moralidade e imoralidade, tradição e



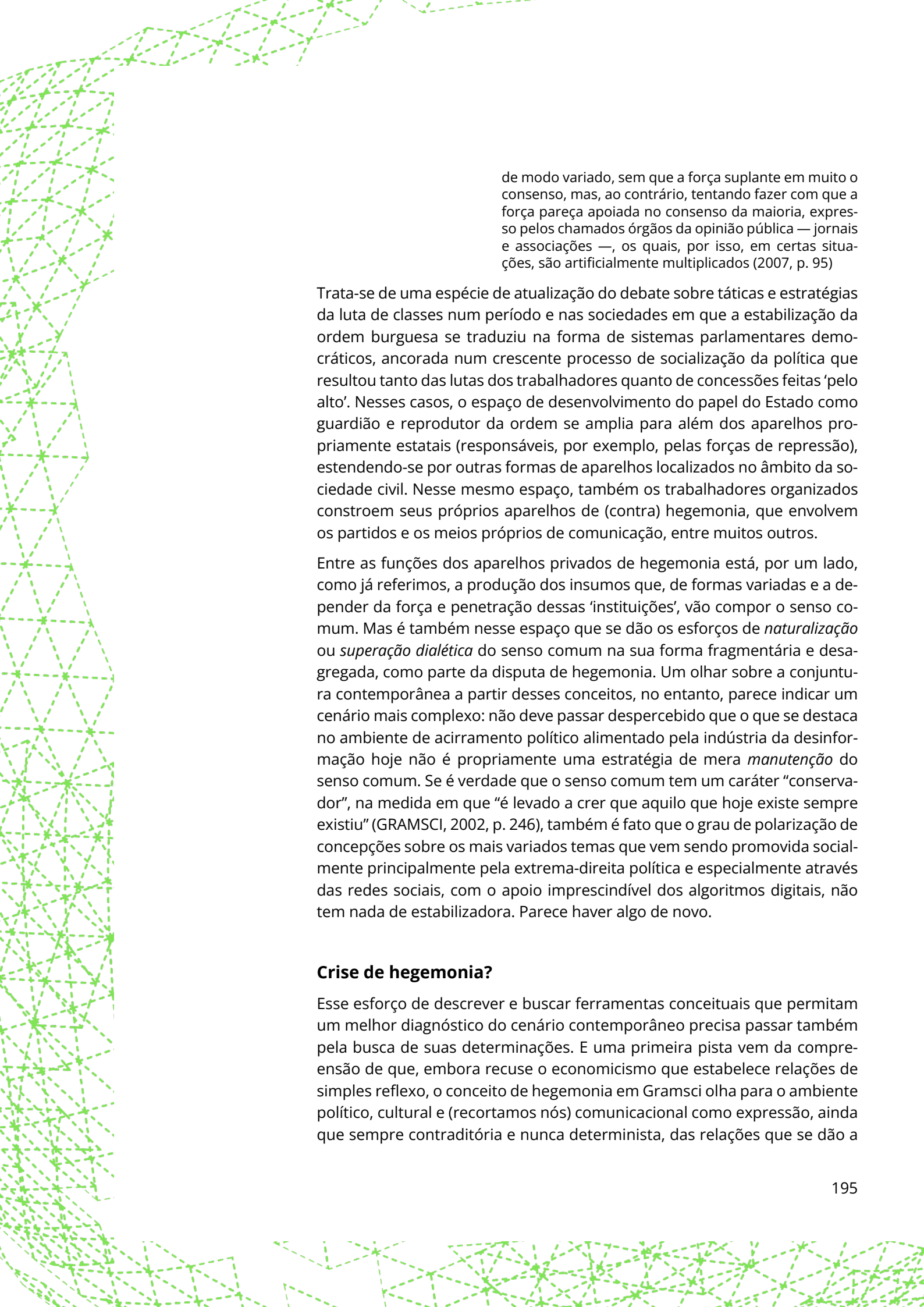
mudança, esquerda e direita, Estado e mercado, direito e meritocracia, entre várias outras). Assim, o resultado desse processo individualizante que se dá nas redes sociais não deixa de ser um tipo de agrupamento social não-espontâneo, que explica em grande medida a funcionalidade desse processo para a extrema-direita política.

Mas, pensando para além do cenário contemporâneo, de onde vêm as referências que se misturam e combinam de forma caótica no senso comum? Da família, da escola, da religião, das informações científicas que chegam pelos 'especialistas', dos conteúdos que lemos nos jornais ou nas redes sociais, do que assistimos na TV ou no Youtube, entre muitas outras 'fontes'. Gramsci nos ajuda a entender que esses discursos se reproduzem a partir de instituições ou organizações que atravessam a nossa vida cotidiana, profissional, social e política, que ele chamou de "aparelhos privados de hegemonia".

A esses aparelhos, que incluem a imprensa, não cabe apenas o papel de *circulação* das ideias, valores e comportamentos de grupos específicos. Pela perspectiva da classe dominante, eles têm a função de garantir a *atualização* dos valores que são internalizados em diferentes momentos da vida e da luta social, e que são sempre determinados, em última instância, pela esfera da produção, devendo levar em conta, inclusive, as disputas entre as frações de classe (Guimarães, 2015, p. 226).

Seja produzindo conhecimento, fornecendo informações, construindo agrupamentos de sociabilidade, organizando a fé, orientando a espiritualidade e a moralidade ou fazendo a luta política mais direta, esses aparelhos são, segundo Gramsci, parte de uma disputa permanente pela "hegemonia" numa dada sociedade. Embora apareça com variados sentidos e associações nos textos do autor, parece possível afirmar que o núcleo central da ideia de hegemonia está relacionado a um momento, a partir do final do século XIX, em que a dominação de classe (e a luta contra ela), que se dava sobretudo pela tomada e a manutenção do poder no *aparelho de Estado*, pela *força*, passa a contar também com estratégias de produção do *consentimento* social sobre os agentes e a forma do poder exercido. Trata-se de um conceito que tem uma relação muito direta com a formação e instrumentalização da opinião pública (que se alimenta não apenas de opiniões, mas também de experiência e conhecimento objetivo), concebida, no entanto, como um fenômeno que tem base material. A hegemonia, portanto, não se limita a uma 'batalha das ideias', tanto porque carrega a materialidade do seu tempo como porque pode se realizar, por exemplo, na forma de políticas públicas e medidas legislativas que visem garantir o consenso social. Na definição que nos parece mais completa, Gramsci explica:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram



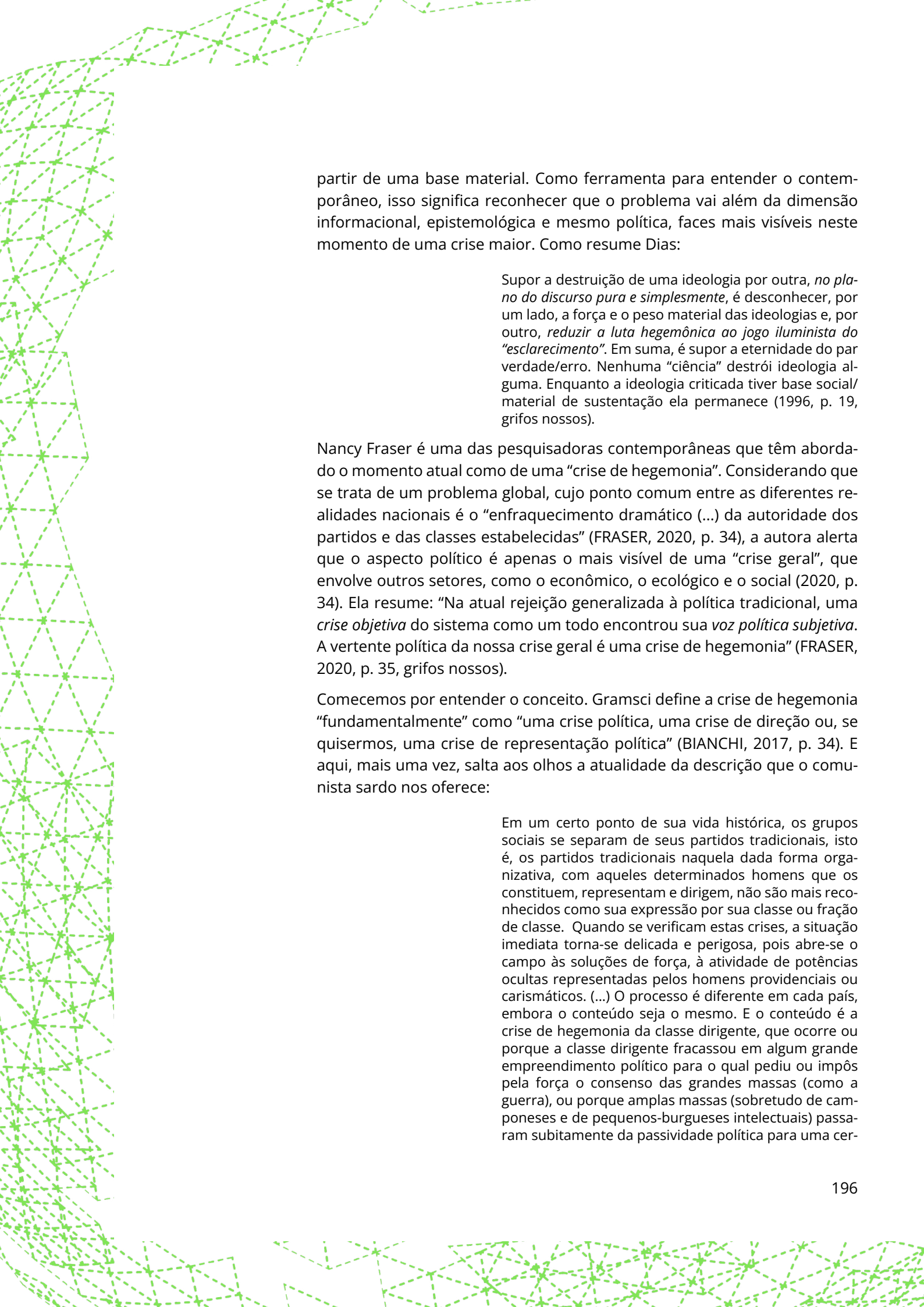
de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (2007, p. 95)

Trata-se de uma espécie de atualização do debate sobre táticas e estratégias da luta de classes num período e nas sociedades em que a estabilização da ordem burguesa se traduziu na forma de sistemas parlamentares democráticos, ancorada num crescente processo de socialização da política que resultou tanto das lutas dos trabalhadores quanto de concessões feitas 'pelo alto'. Nesses casos, o espaço de desenvolvimento do papel do Estado como guardião e reproduzidor da ordem se amplia para além dos aparelhos propriamente estatais (responsáveis, por exemplo, pelas forças de repressão), estendendo-se por outras formas de aparelhos localizados no âmbito da sociedade civil. Nesse mesmo espaço, também os trabalhadores organizados constroem seus próprios aparelhos de (contra) hegemonia, que envolvem os partidos e os meios próprios de comunicação, entre muitos outros.

Entre as funções dos aparelhos privados de hegemonia está, por um lado, como já referimos, a produção dos insumos que, de formas variadas e a depender da força e penetração dessas 'instituições', vão compor o senso comum. Mas é também nesse espaço que se dão os esforços de *naturalização* ou *superação dialética* do senso comum na sua forma fragmentária e desagregada, como parte da disputa de hegemonia. Um olhar sobre a conjuntura contemporânea a partir desses conceitos, no entanto, parece indicar um cenário mais complexo: não deve passar despercebido que o que se destaca no ambiente de acirramento político alimentado pela indústria da desinformação hoje não é propriamente uma estratégia de mera *manutenção* do senso comum. Se é verdade que o senso comum tem um caráter "conservador", na medida em que "é levado a crer que aquilo que hoje existe sempre existiu" (GRAMSCI, 2002, p. 246), também é fato que o grau de polarização de concepções sobre os mais variados temas que vem sendo promovida socialmente principalmente pela extrema-direita política e especialmente através das redes sociais, com o apoio imprescindível dos algoritmos digitais, não tem nada de estabilizadora. Parece haver algo de novo.

Crise de hegemonia?

Esse esforço de descrever e buscar ferramentas conceituais que permitam um melhor diagnóstico do cenário contemporâneo precisa passar também pela busca de suas determinações. E uma primeira pista vem da compreensão de que, embora recuse o economicismo que estabelece relações de simples reflexo, o conceito de hegemonia em Gramsci olha para o ambiente político, cultural e (recortamos nós) comunicacional como expressão, ainda que sempre contraditória e nunca determinista, das relações que se dão a



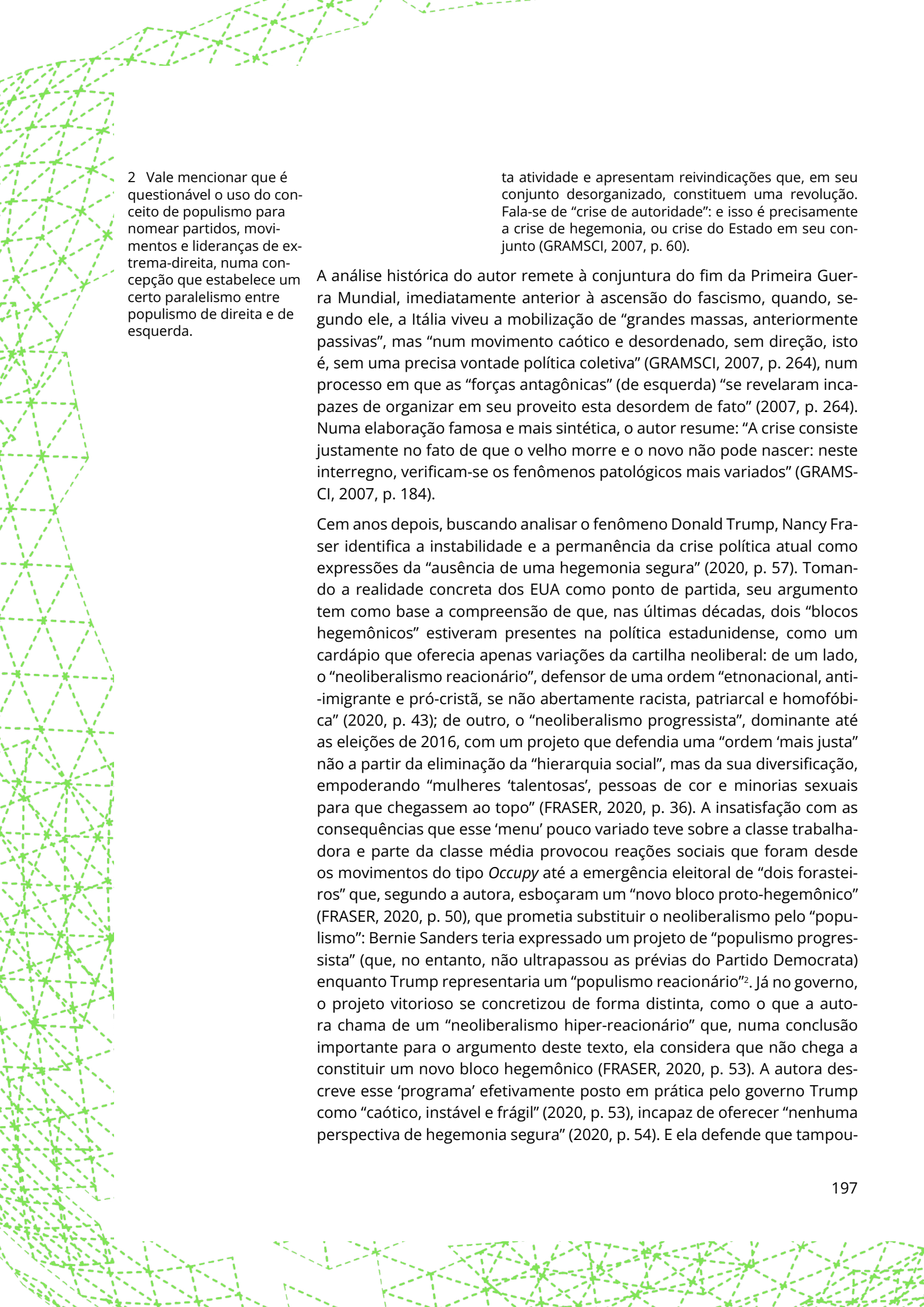
partir de uma base material. Como ferramenta para entender o contemporâneo, isso significa reconhecer que o problema vai além da dimensão informacional, epistemológica e mesmo política, faces mais visíveis neste momento de uma crise maior. Como resume Dias:

Supor a destruição de uma ideologia por outra, *no plano do discurso pura e simplesmente*, é desconhecer, por um lado, a força e o peso material das ideologias e, por outro, *reduzir a luta hegemônica ao jogo iluminista do “esclarecimento”*. Em suma, é supor a eternidade do par verdade/erro. Nenhuma “ciência” destrói ideologia alguma. Enquanto a ideologia criticada tiver base social/material de sustentação ela permanece (1996, p. 19, grifos nossos).

Nancy Fraser é uma das pesquisadoras contemporâneas que têm abordado o momento atual como de uma “crise de hegemonia”. Considerando que se trata de um problema global, cujo ponto comum entre as diferentes realidades nacionais é o “enfraquecimento dramático (...) da autoridade dos partidos e das classes estabelecidas” (FRASER, 2020, p. 34), a autora alerta que o aspecto político é apenas o mais visível de uma “crise geral”, que envolve outros setores, como o econômico, o ecológico e o social (2020, p. 34). Ela resume: “Na atual rejeição generalizada à política tradicional, uma *crise objetiva* do sistema como um todo encontrou sua *voz política subjetiva*. A vertente política da nossa crise geral é uma crise de hegemonia” (FRASER, 2020, p. 35, grifos nossos).

Começemos por entender o conceito. Gramsci define a crise de hegemonia “fundamentalmente” como “uma crise política, uma crise de direção ou, se quisermos, uma crise de representação política” (BIANCHI, 2017, p. 34). E aqui, mais uma vez, salta aos olhos a atualidade da descrição que o comunista sardo nos oferece:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma cer-




2 Vale mencionar que é questionável o uso do conceito de populismo para nomear partidos, movimentos e lideranças de extrema-direita, numa concepção que estabelece um certo paralelismo entre populismo de direita e de esquerda.

ta atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2007, p. 60).

A análise histórica do autor remete à conjuntura do fim da Primeira Guerra Mundial, imediatamente anterior à ascensão do fascismo, quando, segundo ele, a Itália viveu a mobilização de “grandes massas, anteriormente passivas”, mas “num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva” (GRAMSCI, 2007, p. 264), num processo em que as “forças antagônicas” (de esquerda) “se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato” (2007, p. 264). Numa elaboração famosa e mais sintética, o autor resume: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2007, p. 184).

Cem anos depois, buscando analisar o fenômeno Donald Trump, Nancy Fraser identifica a instabilidade e a permanência da crise política atual como expressões da “ausência de uma hegemonia segura” (2020, p. 57). Tomando a realidade concreta dos EUA como ponto de partida, seu argumento tem como base a compreensão de que, nas últimas décadas, dois “blocos hegemônicos” estiveram presentes na política estadunidense, como um cardápio que oferecia apenas variações da cartilha neoliberal: de um lado, o “neoliberalismo reacionário”, defensor de uma ordem “etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica” (2020, p. 43); de outro, o “neoliberalismo progressista”, dominante até as eleições de 2016, com um projeto que defendia uma “ordem ‘mais justa’ não a partir da eliminação da ‘hierarquia social’, mas da sua diversificação, empoderando ‘mulheres ‘talentosas’, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (FRASER, 2020, p. 36). A insatisfação com as consequências que esse ‘menu’ pouco variado teve sobre a classe trabalhadora e parte da classe média provocou reações sociais que foram desde os movimentos do tipo *Occupy* até a emergência eleitoral de “dois forasteiros” que, segundo a autora, esboçaram um “novo bloco proto-hegemônico” (FRASER, 2020, p. 50), que prometia substituir o neoliberalismo pelo “populismo”: Bernie Sanders teria expressado um projeto de “populismo progressista” (que, no entanto, não ultrapassou as prévias do Partido Democrata) enquanto Trump representaria um “populismo reacionário”². Já no governo, o projeto vitorioso se concretizou de forma distinta, como o que a autora chama de um “neoliberalismo hiper-reacionário” que, numa conclusão importante para o argumento deste texto, ela considera que não chega a constituir um novo bloco hegemônico (FRASER, 2020, p. 53). A autora descreve esse ‘programa’ efetivamente posto em prática pelo governo Trump como “caótico, instável e frágil” (2020, p. 53), incapaz de oferecer “nenhuma perspectiva de hegemonia segura” (2020, p. 54). E ela defende que tampou-



3 O quadro traçado na citação acima nos permite reconhecer episódios e demonstrações recentes de blindagem econômica de espaços democráticos, complementada pela força sempre que necessário. São exemplos concretos a aprovação das mudanças na lei de aposentadoria francesa – que não apenas ignorou e reprimiu as robustas manifestações sociais como lançou mão de um mecanismo que prescindiu do debate legislativo – e o embate político que ocorre no Brasil no momento em que texto está sendo escrito em função de um presidente democraticamente eleito ter seu programa de desenvolvimento limitado pelas decisões autônomas (no caso, sobre a taxa de juros) de um órgão de ‘especialistas’, sem qualquer mandato concedido pela sociedade, como é o caso do Banco Central.

co o retorno ao “neoliberalismo progressista” pode ser uma alternativa à crise (2020, p. 56). “O neoliberalismo, sob qualquer manto que seja, não é a solução, mas o problema” (2020, p. 66), resume.


Como “diretriz central do pensamento e da administração econômicos” que se instala a partir do final dos anos 1970 e se hegemoniza, atingindo os diferentes países em momentos distintos, Harvey define o neoliberalismo como “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (2012, p. 12). Mas a perspectiva dos autores que serão referenciados neste debate compreende que o alcance da doutrina neoliberal é muito mais amplo do que as mudanças econômicas. Não por acaso, buscando identificar determinações econômicas para o fenômeno contemporâneo da ‘pós-verdade’, Cesarino chega a caracterizar o neoliberalismo como uma verdadeira “reestruturação das bases epistêmicas da modernidade” (2021, p. 85).

A relação mais direta do neoliberalismo com a expressão política da crise de hegemonia atual passa pelo que vários autores destacam como seu caráter necessariamente antidemocrático (HARVEY, 2012; BROWN, 2019). Analisando os textos clássicos dos fundadores da doutrina, e propondo uma comparação entre o projeto e sua execução, Brown mostra como a destruição do social e da política, acompanhada da extensão da “esfera pessoal e protegida”, são parte fundamental do projeto neoliberal, que requereu um ataque profundo aos principais mecanismos de sustentação das democracias. Como ela resume:

O neoliberalismo (...) visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas. De suas aspirações e afirmação “pós-ideológicas” da tecnocracia até sua economicização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao “estatismo” igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político. Para isso, os neoliberais promoveram Estados e instituições supranacionais despolitizados (...), a governança baseada em princípios de negócios e sujeitos orientados e disciplinados pelo mercado e pela moral (BROWN, 2019, p. 70)³

E todo esse processo tem consequências para além das políticas e legislações diretamente envolvidas:

(...) a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antide-



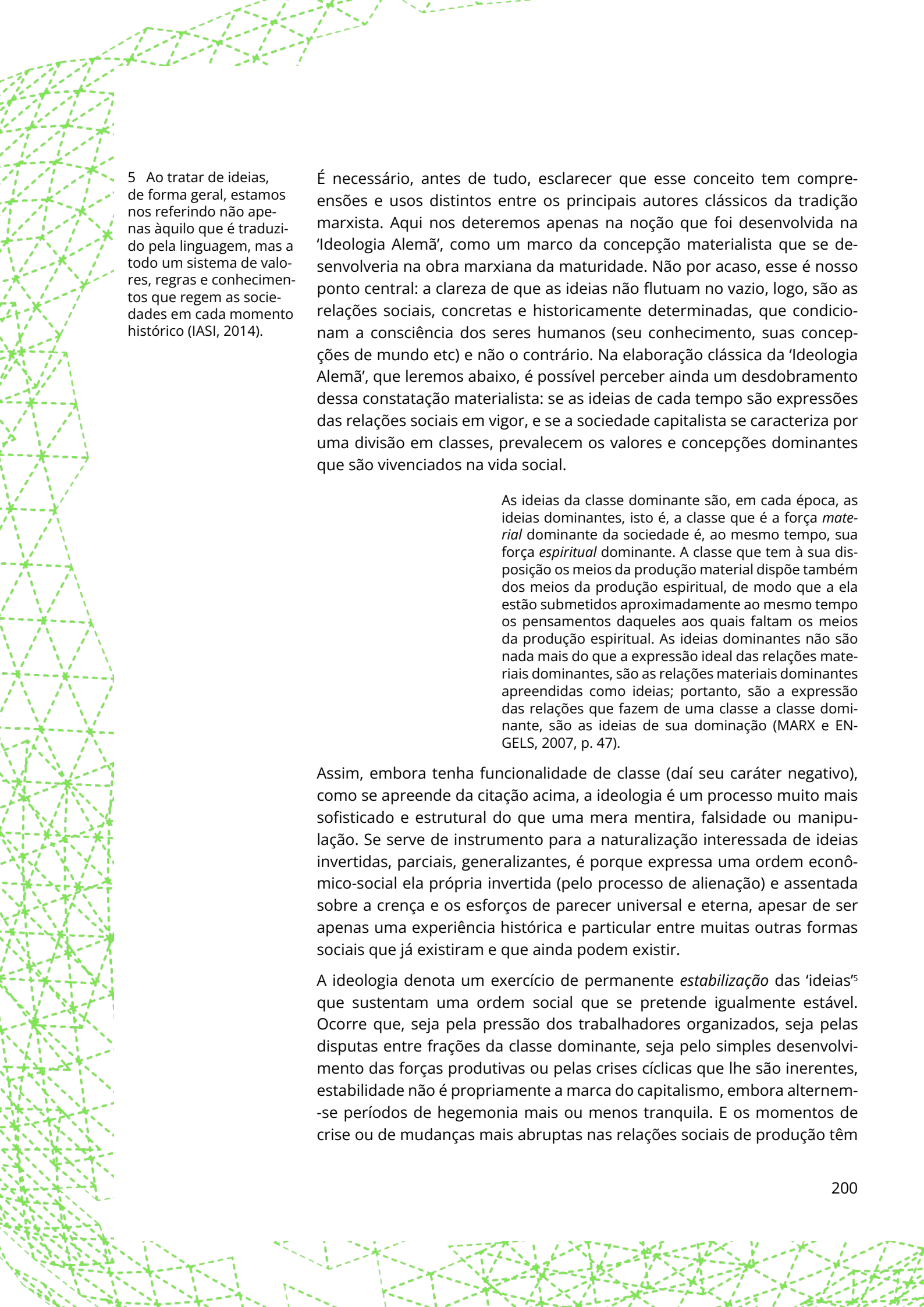
4 Coerente com o debate gramsciano sobre hegemonia, que aponta a priorização do consenso sem abrir mão da coerção, os processos foram distintos nos variados lugares, com graus também diferentes de transigência em relação ao uso da força, principalmente na periferia do capitalismo, com destaque para o Chile, considerado laboratório mundial dos experimentos neoliberais, viabilizados a partir de um golpe empresarial-militar (HARVEY, 2012)

mocráticas na segunda década do século XXI. O argumento não é que o neoliberalismo por si só causou a insurgência da extrema direita no Ocidente de hoje (...). Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política (BROWN, 2019, p. 17)

Crise ideológica?

Todo esse arco de mudanças, econômicas e políticas, precisou se ancorar em algum nível de consentimento social, a partir de estratégias organizadas de produção de consenso⁴. Foram intensos os investimentos que, a partir de aparelhos privados de hegemonia como as escolas de economia das universidades, *think tanks* e a mídia massiva, promoveram todo um “aparato conceitual” capaz de mobilizar “sensações”, “instintos”, “valores” e “desejos” (HARVEY, 2012, p. 15) que ajudassem a construir e sustentar um consenso social em torno dos princípios dessa doutrina (HARVEY, 2012, p. 50). A instrumentalização da ideia de ‘liberdade’, naturalizada como ‘liberdade individual’, é um elemento-chave desse processo, com consequências políticas nada desprezíveis para o cenário contemporâneo que estamos analisando. E esse consenso social que se buscou produzir em torno das bases que fundamentavam a doutrina neoliberal se deu tanto para justificar o novo como para ‘substituir’ valores antigos que precisavam ser abalados na esteira do ataque que se lançava sobre espaços reais de organização, como os sindicatos, e políticas públicas concretas ancoradas num Estado Social que se tornava cada vez mais restrito. Assim, o sonho do ‘empreendedorismo’ passaria a ser a resposta (ideológica) a uma ordem econômica que, na realidade concreta, reduz os empregos e flexibiliza os vínculos (HARVEY, 2012); a defesa do direito da família de escolher se tornaria o argumento mais estrutural para substituir o direito à escola pública por mecanismos privatizantes e focalizados, como os *vouchers* (BROWN, 2019). Em outras palavras, as ideias a serem disputadas precisam responder à nova *materialidade* da vida imposta por uma nova concepção e prática econômica que dependia de mudanças importantes na prática política, representando uma ruptura com o que havia antes.

A constatação dessa materialidade das ideias nos parece fundamental para compreender não apenas o fenômeno específico do neoliberalismo, mas todo o cenário (político, epistemológico, comunicacional) que estamos enfocando como resultado do que se desenvolveu ao longo dessas quatro últimas décadas. E, para entender melhor esse processo, o conceito de ideologia, tal como desenvolvido por Marx e Engels, nos parece uma ferramenta teórica útil.




5 Ao tratar de ideias, de forma geral, estamos nos referindo não apenas àquilo que é traduzido pela linguagem, mas a todo um sistema de valores, regras e conhecimentos que regem as sociedades em cada momento histórico (IASI, 2014).

É necessário, antes de tudo, esclarecer que esse conceito tem compreensões e usos distintos entre os principais autores clássicos da tradição marxista. Aqui nos deteremos apenas na noção que foi desenvolvida na 'Ideologia Alemã', como um marco da concepção materialista que se desenvolveria na obra marxiana da maturidade. Não por acaso, esse é nosso ponto central: a clareza de que as ideias não flutuam no vazio, logo, são as relações sociais, concretas e historicamente determinadas, que condicionam a consciência dos seres humanos (seu conhecimento, suas concepções de mundo etc) e não o contrário. Na elaboração clássica da 'Ideologia Alemã', que leremos abaixo, é possível perceber ainda um desdobramento dessa constatação materialista: se as ideias de cada tempo são expressões das relações sociais em vigor, e se a sociedade capitalista se caracteriza por uma divisão em classes, prevalecem os valores e concepções dominantes que são vivenciados na vida social.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

Assim, embora tenha funcionalidade de classe (daí seu caráter negativo), como se apreende da citação acima, a ideologia é um processo muito mais sofisticado e estrutural do que uma mera mentira, falsidade ou manipulação. Se serve de instrumento para a naturalização interessada de ideias invertidas, parciais, generalizantes, é porque expressa uma ordem econômico-social ela própria invertida (pelo processo de alienação) e assentada sobre a crença e os esforços de parecer universal e eterna, apesar de ser apenas uma experiência histórica e particular entre muitas outras formas sociais que já existiram e que ainda podem existir.


A ideologia denota um exercício de permanente *estabilização* das 'ideias'⁵ que sustentam uma ordem social que se pretende igualmente estável. Ocorre que, seja pela pressão dos trabalhadores organizados, seja pelas disputas entre frações da classe dominante, seja pelo simples desenvolvimento das forças produtivas ou pelas crises cíclicas que lhe são inerentes, estabilidade não é propriamente a marca do capitalismo, embora alternem-se períodos de hegemonia mais ou menos tranquila. E os momentos de crise ou de mudanças mais abruptas nas relações sociais de produção têm



potencial de gerar o que Iasi (2007, p. 27) chamou de “crise ideológica”, que poderíamos caracterizar como um abalo de correspondência entre as ideias e a realidade material da qual elas são expressão. Se concordamos que o conhecimento, os valores e as concepções de mundo são processos fundamentalmente sociais e coletivos e que, na sociedade capitalista, eles são mediados pelos aparelhos privados de hegemonia, é possível perceber que o centro desse abalo não se dá sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre as instituições e seus agrupamentos sociais. E essa parece uma primeira pista para se investigar a tal “crise do sistema de peritos” associada ao fenômeno da ‘pós-verdade’, do qual a ‘cultura da desinformação’ é parte.

Explicando a origem do que estamos chamando de “crise ideológica”, Marx e Engels falam diretamente em contextos de “oposição” e “discórdia” entre as classes que tornam as ideias antes dominantes “inautênticas” (2007, p. 283). Como a análise sobre as consequências desse processo não pode se dar fora da História, não é possível compreender essa “crise ideológica”, *a priori*, como reacionária. Iasi, inclusive, aponta as brechas que esses momentos podem produzir para um movimento progressista de salto de consciência de segmentos da classe trabalhadora para além do senso comum. Contemporaneamente, no entanto, o diagnóstico corrente sobre o grau de desorganização da classe trabalhadora – apesar de um ascenso de lutas pontuais em vários locais –, associada à compreensão de que o avanço dos partidos, lideranças e movimentos de extrema-direita hoje responde principalmente a tensões entre frações internas da classe dominante, sem protagonismo dos trabalhadores, sugere um cenário pouco otimista.

Importa, de todo modo, reter uma aparente contradição. As bases do consentimento sobre a cartilha neoliberal parecem ter sido firmadas ao longo dos últimos 40 anos a partir da naturalização de princípios e valores que lhe dão sustentação, evidenciando todo o mecanismo da ideologia em ação. Para ficarmos no exemplo já mencionado, a liberdade individual como conteúdo da ideia geral de liberdade procurava ser um significado fixo, estável, estruturante do capitalismo neoliberal – e, por isso, se reproduziu na forma de ideologia através dos aparelhos privados de hegemonia do capital. Contraditoriamente, no entanto, a julgar pelo que se pode observar do cenário contemporâneo, a falta de correspondência entre esse conjunto de valores, princípios, crenças e anseios ideologicamente disseminados e as condições de vida concretas abriu caminho para novas crises que, no entanto, diferente do que acabamos de descrever como próprio das crises ideológicas, não parecem ser resultado de um momento de mudança, mas sim de um processo de consolidação desse modelo numa espécie de ‘caminho sem volta’ agravado pela crise organizativa dos trabalhadores como classe. A análise de Fraser que associa o fenômeno Trump ao cardápio reduzido a variações do neoliberalismo nos EUA parece aqui bastante coerente. É como se a “inautenticidade” que gera a crise agora se desse pela experiência de saturação de um mundo que não corresponde




às ideias que produziu, mas não encontra brechas para transformá-las, nem à esquerda nem à direita 'clássica'.

A questão é que, a partir de ferramentas teóricas diferentes, pensadores e militantes marxistas como Gramsci e Lenin nos ensinaram que a percepção sensível de piora das condições objetivas não é suficiente para o avanço de consciência (social ou de classe) no sentido do enfrentamento das desigualdades e opressões. O papel dos partidos (e, em Gramsci, também de outros aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, como os sindicatos e os jornais) era exatamente atuar para produzir as condições subjetivas que permitissem esse salto de consciência e organização – como vimos, no entanto, esses espaços foram progressivamente esvaziados, tanto por um consenso social cada vez mais centrado no interesse e na iniciativa individual quanto por mudanças nas configurações do trabalho e ações deliberadas, legislativas ou coercitivas, de desmonte dessas estruturas. Isso sem contar que o alcance do consenso em torno da doutrina neoliberal contribuiu para uma crescente indiferenciação nos limites do programa econômico entre partidos à direita e à esquerda do espectro político, ainda que com diferenças nacionais (HARVEY, 2012).

Como uma espécie de 'escape', parece possível supor que, a partir de aparelhos privados de hegemonia que atuavam principalmente às margens dos espaços de socialização da política que foram centrais para a disputa em tempos recentes, em grandes segmentos sociais fortaleceram-se e associaram-se a uma nova compreensão do político outros valores – como o "moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo" (BROWN, 2019, p. 10) –, que não desafiavam a doutrina neoliberal, ao contrário, mas buscavam respostas para suas contradições em outros espaços e relações. Aberta a 'caixa de pandora', as ferramentas que sustentam esses valores e concepções, no entanto, parecem trazer algo novo: agora, é como se à *forma* (*fake news*, discurso de ódio...) não correspondessem necessariamente *conteúdos* fixos, estáveis, estruturantes, tal como costumamos observar no 'funcionamento' da ideologia a partir da ferramenta teórica que Marx e Engels nos deram; em vez de *respostas* capazes de formatar identidades políticas, produzem-se cada vez mais *dúvidas*, inseguranças, oscilações de comportamento e posicionamento sobre o mesmo tema, além de deslegitimações. Como comenta Harsin, a pós-verdade "ênfatisa discórdia, confusão, visões polarizadas e compreensão e convicções concorrentes bem e mal-informadas", em meio a tentativas de segmentos sociais de "produzir e gerenciar esses 'mercados de verdade'" (2018, p. 3).

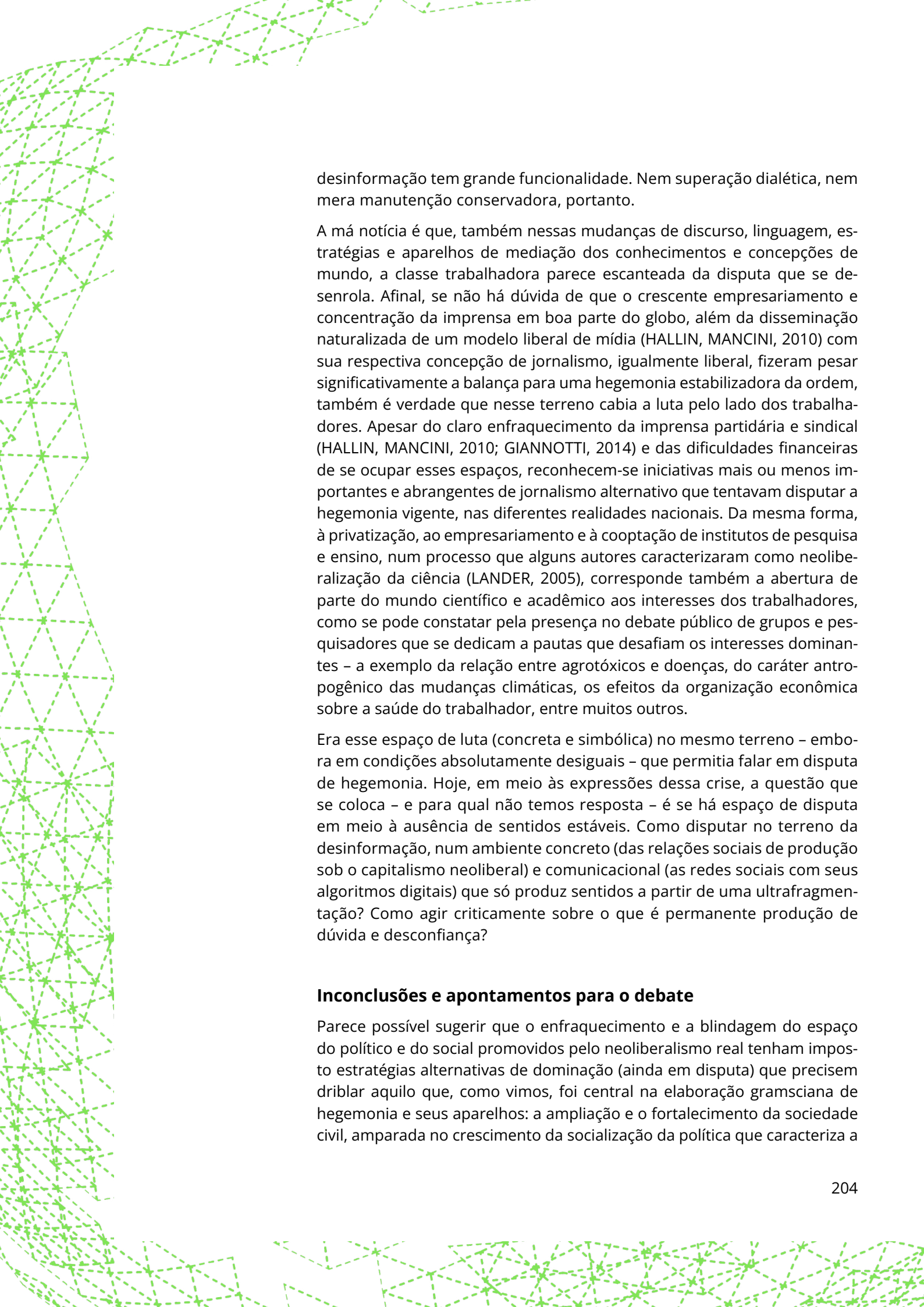
Ideologia, hegemonia e senso comum hoje

Lançando mão dos conceitos que discutimos ao longo deste texto, é possível reconhecer que esses 'novos' valores, que nunca estiveram fora da



sociedade capitalista, mas emergem agora como centrais na disputa em torno do político e como substituição ao social, não se configuram nem como ideias dominantes que expressem as relações sociais dominantes (ideologia) nem tampouco são resultado da ação crítica para superação do senso comum (contra-hegemonia). São expressão de segmentos e frações de classe que disputam o “interregno” da crise de hegemonia vigente, como um dos “fenômenos patológicos” de que Gramsci nos alertou. Organizados em partidos e instituições políticas ligadas à extrema-direita, associados a grupos religiosos e sustentados pela quase total liberdade de ação das *big techs* que dominam as plataformas de redes sociais, esses segmentos não têm (ainda) o controle dos aparelhos privados de hegemonia que costumavam ser mais centrais na reprodução da ideologia, como os meios de comunicação de massa – embora isso varie entre os países e não seja desprezível o papel desempenhado por veículos como a Fox nos EUA e a Jovem Pan no Brasil na estratégia de desinformação para apoio à extrema-direita. Além disso, sem compor um “bloco hegemônico seguro”, como Fraser concluiu a partir da análise de cenário norte-americano, elas não dispõem de um conjunto ‘acabado’ de valores (com significados traduzíveis e significantes fixos) para promover a base ideológica de um programa estável. Não são expressão das ideias dominantes, porque advêm de frações de classe que ainda não são dominantes, mas não deixam de ser ideias *de* e *para* a dominação.

O fato é que, se a ciência e o jornalismo estiveram entre os principais responsáveis pelos discursos promotores da ideologia durante um período histórico relevante, o negacionismo (que mais antagoniza do que afirma) e a indústria da desinformação são as linguagens que hoje acirram e denunciam a crise ideológica como expressão da crise de hegemonia. Se a escola, a universidade, os institutos de pesquisa e a imprensa eram os aparelhos privados de hegemonia centrais no esforço de estabilização da ordem pela produção de consenso, os espaços desinstitucionalizados de uma ‘ciência do B’ (*a la* Olavo de Carvalho) e as redes sociais são os circuitos fundamentais na estratégia atual de desestabilização e dissenso. Assim, arriscamos supor que assistimos, neste momento, a um processo que inverte a elaboração gramsciana que, olhando para as organizações de trabalhadores, orientava a agir criticamente sobre o senso comum a partir do seu “núcleo sadio”, de “bom senso”, para gerar maior “unidade” e “coerência” entre as referências múltiplas que o compõem: vemos emergir hoje, como estratégia que beneficia diretamente a outra ponta do espectro político-partidário, um esforço organizado de agir sobre o senso comum no sentido de *ampliar* a sua fragmentação e combinar essas referências não a partir de conexões amparadas num conhecimento sistematizado prévio (seja científico, religioso ou de outra ordem), mas em função da utilidade política imediata que cada combinação pode gerar, independentemente da coerência racional – processo para o qual a ferramenta da




desinformação tem grande funcionalidade. Nem superação dialética, nem mera manutenção conservadora, portanto.

A má notícia é que, também nessas mudanças de discurso, linguagem, estratégias e aparelhos de mediação dos conhecimentos e concepções de mundo, a classe trabalhadora parece escanteada da disputa que se desenrola. Afinal, se não há dúvida de que o crescente empresariamento e concentração da imprensa em boa parte do globo, além da disseminação naturalizada de um modelo liberal de mídia (HALLIN, MANCINI, 2010) com sua respectiva concepção de jornalismo, igualmente liberal, fizeram pesar significativamente a balança para uma hegemonia estabilizadora da ordem, também é verdade que nesse terreno cabia a luta pelo lado dos trabalhadores. Apesar do claro enfraquecimento da imprensa partidária e sindical (HALLIN, MANCINI, 2010; GIANNOTTI, 2014) e das dificuldades financeiras de se ocupar esses espaços, reconhecem-se iniciativas mais ou menos importantes e abrangentes de jornalismo alternativo que tentavam disputar a hegemonia vigente, nas diferentes realidades nacionais. Da mesma forma, à privatização, ao empresariamento e à cooptação de institutos de pesquisa e ensino, num processo que alguns autores caracterizaram como neoliberalização da ciência (LANDER, 2005), corresponde também a abertura de parte do mundo científico e acadêmico aos interesses dos trabalhadores, como se pode constatar pela presença no debate público de grupos e pesquisadores que se dedicam a pautas que desafiam os interesses dominantes – a exemplo da relação entre agrotóxicos e doenças, do caráter antropogênico das mudanças climáticas, os efeitos da organização econômica sobre a saúde do trabalhador, entre muitos outros.

Era esse espaço de luta (concreta e simbólica) no mesmo terreno – embora em condições absolutamente desiguais – que permitia falar em disputa de hegemonia. Hoje, em meio às expressões dessa crise, a questão que se coloca – e para qual não temos resposta – é se há espaço de disputa em meio à ausência de sentidos estáveis. Como disputar no terreno da desinformação, num ambiente concreto (das relações sociais de produção sob o capitalismo neoliberal) e comunicacional (as redes sociais com seus algoritmos digitais) que só produz sentidos a partir de uma ultrafragmentação? Como agir criticamente sobre o que é permanente produção de dúvida e desconfiança?

Inconclusões e apontamentos para o debate

Parece possível sugerir que o enfraquecimento e a blindagem do espaço do político e do social promovidos pelo neoliberalismo real tenham imposto estratégias alternativas de dominação (ainda em disputa) que precisem driblar aquilo que, como vimos, foi central na elaboração gramsciana de hegemonia e seus aparelhos: a ampliação e o fortalecimento da sociedade civil, amparada no crescimento da socialização da política que caracteriza a



democracia de massas. Não parece correto afirmar – e nenhum dos autores aqui mencionados o faz – que o neoliberalismo conseguiu ou conseguirá acabar com o político, com o social e com o que Gramsci caracterizava como “regimes parlamentares”, mas não é irrelevante que ambos os fenômenos aqui analisados como questões contemporâneas mundiais (a indústria da desinformação e o crescimento da extrema-direita) venham sendo tratadas, teórica e politicamente, como ameaças a essa mesma democracia massiva cuja contenção é condição de garantia da doutrina neoliberal. Associando a esse diagnóstico o elemento-chave das novas tecnologias de comunicação e da total ausência de regulação e controle do modelo de negócios das grandes plataformas, é possível supor que os agrupamentos artificialmente produzidos pela ação dos algoritmos digitais, como já mencionado, creditem as redes sociais como novos espaços de sociabilidade sustentados, no entanto, numa identidade construída mais pelo antagonismo (ao diferente), como também já referimos. Harvey fornece uma pista:

A destruição de formas de solidariedade social e mesmo, como sugeriu Thatcher, da própria ideia de sociedade deixa na ordem social um imenso hiato. (...) A reação inevitável é reconstruir solidariedades sociais, embora seguindo linhas distintas – o que explica o renascimento do interesse pela religião e pela moralidade, por novas formas de associacionismo (...) e mesmo o retorno de antigas formas políticas (fascismo, nacionalismo, localismo e coisas do tipo) (2012, p. 91).

Assim, num caminho de volta ao início deste texto, valeria perguntar a quem poderia recorrer, hoje, o sujeito da situação hipotética que Gramsci desenha ao refletir sobre como se formam as concepções de mundo. Num cenário de estilhaçamento dos laços sociais que vão do comunitário ao macropolítico, de neutralização dos espaços políticos de representação e ação coletiva, de isolamento das expectativas e responsabilidades na figura do indivíduo, quem seria capaz de garantir-lhe autoridade e confiança para sustentar as convicções que ele produziu em meio à mistura caótica do senso comum? Diante de uma imprensa distante e sem rosto, que lhe apresenta conteúdos crescentemente desconectados com a sua experiência real, onde ele deveria buscar uma verdade que lhe parecesse mais familiar? Diante da carência de suporte para a superação crítica do senso comum, tarefa que Gramsci atribuiu às organizações políticas orgânicas dos trabalhadores, cada vez mais ausentes, como resistir à hiperfragmentação do conhecimento e dos sentidos que se expressa nas variadas formas de desinformação e numa concepção fluida de verdade? Num contexto que se desenrola ‘a quente’, respostas conclusivas não há, mas é Gramsci novamente que, com a simplicidade de quem dialoga com homens e mulheres ‘comuns’, nos socorre, alertando que, “na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes dominantes sem cair em emboscadas fáceis” (2007, p. 122).

Referências Bibliográficas

BENNET, W.Lance.; LIVINGSTON, Steven. A Brief History of Disinformation Age: Information War and the Decline of Institutional Authority. *In*: BENNET, W.L. e LIVINGSTON, Steven. **The Disinformation Age** – Politics, Technology, and Disruptive Communication in the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, v. 28, 2017.

BOLAÑO, Cesar; BARRETO, Helena; VALENTE, Jonas. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la comunicación y la cultura**, n. 24, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CESARINO, Leticia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: Uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

DIAS, Edmundo. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Cátia C. **Jornalismo e luta de classes**: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, Cátia C. Negacionismo científico: do debate epistemológico à luta de classes. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00628185. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs628>. Acesso em: 28 set. 2023.

HARSIN, Jayson. Post-truth and critical communication studies. **Oxford research encyclopedia of communication**. Oxford, Oxford University Press,

on-line, 2018. Disponível em: oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757. Acesso em: em 10 jan. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IASI, Mauro. **Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais**. In: Del Roio, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LANDER, Edgardo. La ciência neoliberal. **Revista Venezuelana de Economía y Ciencias**. v. 11, n. 2, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção de “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**. v. 34, n. 2, p. 195-216, 2022.

Moretzsohn, Sylvia. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. **Brazilian Journal Research**, v. 15, n. 3, p. 564-597, 2019.

NETLAB UFRJ. **Recomendação no Youtube: o caso Jovem Pan**. 5 de setembro de 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Pós-verdade: filha do relativismo científico? **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/pos-verdade-uma-filha-do-relativismo-cientifico/>. Acesso em 29 jul. 2023.

PENA, Paulo. **Fábrica de mentiras: viagem ao mundo das fake news**. Lisboa: Objectiva, 2019.

WOOD, Ellen. O que é a agenda “pós-moderna?”. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.